

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000726-49.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Prestação de Serviços**  
 Requerente: **Instituição Paulista Adventista de Educação e Assistência Social Região Administrativa Oeste**  
 Requerido: **Eder Camargo de Sousa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Instituição Paulista Adventista de Educação e Assistência Social Região Administrativa Oeste propôs a presente ação contra o réu Eder Camargo de Sousa, requerendo a condenação deste no pagamento da importância de R\$ 4.485,87, em razão de inadimplência no pagamento das mensalidades escolares do aluno Miguel da Silva Camargo, nos meses de março a dezembro de 2015.

O réu, em contestação de folhas 71/76, alega em preliminar: a) carência da ação; b) inépcia da inicial; c) litigância de má-fé; d) incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização. No mérito, alega: e) que não reconhece a pretensão do autor pois pagou a taxa de matrícula no valor de R\$ 320,00 que é o valor da tarifa mensal; f) que inexistem documentos comprobatórios e hábeis para o supedâneo do pedido vestibular; g) que discorda da condenação em pagamento de acréscimos legais e sucumbência em honorários advocatícios, pois trata-se de contrato nulo; h) que os documentos apresentados correspondem com a nulidade passiva dos atos do autor, ora noticia 12 parcelas, ora noticia 13 parcelas, sem valor consistente; i) que o réu nada deve ao autor, os valores reclamados na inicial são de sua responsabilidade, sendo o mesmo apresentado em suas atividades irregulares. Pede, ao fim, a condenação da autora por litigância de má-fé.

Réplica de folhas 92/96.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide, porque impertinente a prova oral ou pericial, tratando-se de matéria de direito, orientando-me pelos documentos carreados (CPC, artigo 396).

De início, defiro os benefícios da justiça gratuita ao réu, ante os documentos de folhas 78/82. Anote-se.

Afasto a preliminar de carência da ação porque não demonstrado, pelo réu, no que consiste a alegada carência da ação, tendo em vista que o pedido é juridicamente possível, as partes são legítimas e há interesse processual.

Afasto a preliminar de inépcia da inicial porque atendeu aos requisitos do artigo 282 do Código de Processo Civil.

Afasto a preliminar de litigância de má-fé, porque o contrato colacionado às folhas 55/58 não contém qualquer vício e se encontra assinado pelo réu, não tendo este demonstrado documentalmente o adimplemento das parcelas.

Afasto a preliminar de incapacidade postulatória porque a subscritora da petição de folhas 01/06, cuja assinatura consta no SAJ, Dra. Adeliana Sampaio da Silva, encontra-se regularmente constituída às folhas 54.

No mérito, procede a causa de pedir.

Trata-se de ação de cobrança de mensalidades escolares, por meio da qual a autora pretende a condenação do réu no pagamento da importância de R\$ 4,485,87, conforme planilha de folhas 59.

O contrato de prestação de serviços educacionais contempla o nome do réu, do aluno beneficiado e o valor pelo qual o réu se obrigou a pagar (**confira folhas 55/58**). O contrato foi devidamente assinado pelo réu, não havendo impugnação específica quanto à autenticidade da assinatura (**confira folhas 58**).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ao réu competia comprovar a regular quitação das parcelas, entretanto, instruiu a contestação somente com os recibos de folhas 83/85.

Não há como impor à autora a produção de prova negativa, tendo em vista que compete àquele que paga comprovar a regular quitação, a teor do que dispõe o artigo 319 do Código Civil.

Dentro desse contexto, não procede a alegação do réu de que "não reconhece a pretensão da autora por ter pago taxa de matrícula no valor de R\$ 320,00", já que o contrato não se subsume ao pagamento apenas da matrícula, mas do valor integral nele previsto (**confira folhas 55, "Quadro Resumo 3"**).

Também não procede o argumento de que "inexistem documentos comprobatórios e hábeis para o supedâneo do pedido vestibular", pois o contrato colacionado às folhas 55/58 é prova inequívoca da obrigação assumida pelo réu.

Também não procede a discordância do réu com relação aos acréscimos legais e sucumbência em honorários advocatícios, "por se tratar de contrato nulo", já que nenhuma nulidade existe.

Outrossim, não procede a alegação de que "os documentos apresentados correspondem com a nulidade passiva dos atos do autor, que ora noticia 12 parcelas, ora noticia 13 parcelas, sem valor consistente".

Isto porque a "cláusula 9ª" do contrato estabelece que *"o valor da Reserva de Vaga e ou Matrícula se constitui na primeira parcela"*, enquanto que a "cláusula 10" estabelece que *"o valor da anuidade já acrescido do montante correspondente a dispêndios previstos para o aprimoramento do projeto didático-pedagógico de cada estabelecimento mantido, constante no quadro resumo 3 (três), depois de deduzida a parcela a que se refere a cláusula anterior, se subdivide em 12 (doze) parcelas, de forma*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*que corresponda, cada uma, a 1/13 (um treze avos) do valor total da anuidade".*

Não procede a alegação de que "o réu nada deve ao autor, os valores reclamados na inicial são de sua responsabilidade, sendo o mesmo apresentado em suas atividades irregulares", já que a responsabilidade pelo pagamento da mensalidade pertence ao réu, que as assumiu ao assinar o contrato de folhas 55/58.

Em momento algum o réu negou que seu filho tivesse frequentado às aulas ministradas do estabelecimento da autora, impondo-se, também, o ônus da impugnação específica.

Por todo o explanado, não há falar-se em condenação da autora por litigância de má-fé.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar o réu a pagar à autora a importância de R\$ 4.485,87 (quatro mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e oitenta e sete centavos), devidamente atualizada e acrescida de juros de mora, a contar da planilha de folhas 59. Sucumbente, condeno o réu no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.000,00, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado desta. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do ex-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: "Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido".

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

São Carlos, 10 de março de 2016.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**